

Entrevista

Federasul afirma que gaúchos vão se recuperar pela sua característica empreendedora

Rodrigo Sousa Costa diz que ações do governo federal estão aquém da magnitude da tragédia climática no Rio Grande do Sul

Cláudio Isaiás
isaiasc@jcrs.com.br

O Rio Grande do Sul vai se recuperar da tragédia climática de maio de 2024 em razão da sua capacidade empreendedora. Esse momento será superado pelos gaúchos através do trabalho, da produção e da busca por excelência. O governo estadual e os municípios são vítimas da tragédia climática. A avaliação é do presidente da Federasul, Rodrigo Sousa Costa. “Na pandemia da Covid-19, a humanidade inteira era vítima da catástrofe. No caso do Rio Grande do Sul, ocorreram perdas para os trabalhadores, famílias, empresas e também na arrecadação dos municípios e do governo estadual”, comenta.

De acordo com Costa, o governo federal precisa socorrer o Estado com recursos financeiros porque faz parte da essência do Pacto Federativo. Costa afirma que está frustrado com o tratamento da União com o Rio Grande do Sul. “Sentamos, conversamos e embasamos tecnicamente a discussão com um bom diagnóstico e com as políticas que são necessárias para salvar os empregos e as empresas. O diagnóstico foi feito em conjunto com outras entidades empresarias e com as centrais sindicais de trabalhadores. No entanto, parece que o governo federal é impermeável aos nossos argumentos”, acrescenta. A Federasul é uma entidade com representantes de diferentes atividades econômicas, entre pequenos, médios e grandes empresários. A entidade

conta atualmente com 194 associações filiadas, representando um universo de mais de 80 mil empreendedores.

Jornal do Comércio - Qual é a avaliação que a Federasul faz com relação à tragédia climática ocorrida no Rio Grande do Sul?

Rodrigo Sousa Costa - É uma tragédia climática sem precedentes com perdas irreparáveis de pessoas, lares, sonhos e projetos. Existem as perdas que a gente consegue superar com a nossa capacidade empreendedora que é feita a partir do trabalho, da produção e da busca por excelência. Se fizermos uma comparação com períodos anteriores, é uma tragédia com perdas de natureza social e econômica sem precedentes na história do Rio Grande do Sul. Fico imaginando que talvez uma guerra, a Guerra dos Farrapos, seja algo parecido com o que aconteceu em maio no Rio Grande do Sul.

JC - O senhor tem uma estimativa de tempo para recuperação do setor empresarial no Rio Grande do Sul?

Costa - A recuperação do Estado vai depender daquilo que fizermos enquanto sociedade em parceria com os governos estadual e federal. Mais cedo ou mais tarde, vamos nos recuperar pela capacidade empreendedora dos gaúchos. Estou bastante realista enxergando que as ações, principalmente, por parte do governo federal, estão completamente aquém da magnitude da tragédia. Estamos frustrados porque sentamos, conversamos e embasamos tecnicamente a discussão com um bom diagnóstico e políticas que são necessárias para salvar os empregos e as empresas. O diagnóstico foi feito em conjunto com outras entidades empresarias e também centrais sindicais de trabalhadores.



Presidente da Federasul, Rodrigo Costa salienta que RS perdeu capacidade produtiva, e precisa de auxílio da esfera pública federal

Parece que o governo federal é impermeável aos nossos argumentos. Ou seja, ele ouve, mas não escuta. É uma conversa que já beira o limite da insanidade.

JC - Como avalia atuação do governo estadual?

Costa - Tanto o governo estadual quanto os municípios são vítimas da tragédia climática no Rio Grande do Sul. Ao contrário da pandemia da Covid-19, a humanidade inteira era vítima da catástrofe. Porém, no caso do Rio Grande do Sul ocorreu perdas para os trabalhadores, famílias, empresas e também de arrecadação para os municípios e para o governo do Estado. Nesse caso, é preciso se socorrer dos recursos financeiros da União — faz parte da essência do Pacto Federativo. Neste momento, o Estado perdeu a sua capacidade produtiva e contributiva e, neste caso, devemos receber auxílio para que o Rio Grande do

Sul volte num futuro a contribuir. Nesse momento, precisamos de uma mão estendida e essa mão tem que ser do governo federal.

JC - Qual a sua avaliação sobre os recursos financeiros anunciados pela União para quem foi atingido direta ou indiretamente pela enchente?

Costa - O valor de R\$ 15 bilhões anunciado pelo governo federal ajudaria se os valores chegassem a quem realmente precisa. Os recursos financeiros são insuficientes e os juros são muito altos para quem passou por uma tragédia como o Rio Grande do Sul. As taxas de juros e as correções são abusivamente altas para serem consideradas como socorro a uma tragédia climática, deveriam ser mais baixas e fixas e deveriam ter fundo garantidor para que o valor pudesse ser oferecido para quem foi diretamente ou indiretamente atingido. Não defendemos de forma alguma que uma empresa que não foi atingida no faturamento e nem na mancha de alagamento consiga captar o recurso. No primeiro modelo da União, os bancos para evitar o risco da inadimplência ofereceram recursos para quem não precisava. O governo federal fez a correção, porém excluiu as empresas que foram indiretamente atingidas que perderam de 40% a 80% do faturamento. O governo federal tem sido lerdo, moroso e atrasado nas políticas públicas para ajudar o Rio Grande do Sul.

JC - O que os governos federal

e estadual devem fazer para apoiar as empresas neste momento de reconstrução do Rio Grande do Sul?

Costa - Tanto o governo federal quanto o estadual deveriam seguir as dezenas de ofícios de todas as entidades empresarias gaúchas onde dissemos tudo o que deveria ser feito. Pedimos uma política que fosse igual à aplicada na pandemia da Covid-19, como era o BEM — que permitiu a suspensão dos contratos de trabalho e remunerar os trabalhadores com valor equivalente ao Seguro Desemprego para salvar os empregos e para que as empresas pudessem arcar com as despesas da folha de pagamento mesmo não estando faturando. É uma medida desesperada em uma situação emergencial em que as empresas se valem do BEM. Como a empresa não está faturando, a ideia é suspender o contrato de trabalho dos funcionários para que continuem a receber o valor equivalente do Seguro Desemprego. Outra seria a concessão de linhas de financiamento com juros fixos de 4% ao ano com prazo de carência para capital de giro para que tanto a empresa atingida diretamente ou indiretamente (que perdeu mais 40% de faturamento) tenha fôlego para honrar os seus compromissos e para voltar a operar. Outra iniciativa seria uma linha de reconstrução para compra de equipamentos destinada exclusivamente para empresas atingidas pela mancha de alagamento.



Fico imaginando que talvez uma guerra, a Guerra dos Farrapos, seja algo parecido com o que aconteceu em maio no RS